

AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Maria Rizioneide Negreiros de Araújo e Angela Dayrell de Lima¹

Desde a implantação do Programa Saúde da Família, em 1994, o Ministério da Saúde vem buscando ferramentas para monitorar e avaliar as ações desenvolvidas pelos profissionais que atuam na atenção básica.

Várias experiências foram realizadas, a partir de 2003, com a Política Nacional de Avaliação da Atenção Básica, sendo reforçada com a Política Nacional de Atenção Básica, em 2006 e reeditada, em 2011. Muitas dessas experiências não se consolidaram devido à falta de um incentivo e à ausência de contratualização entre os entes federados e equipes executoras das ações da atenção básica. Buscando avançar nesse processo de avaliação se inscreveu, no cenário nacional, o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB. Um modelo de avaliação de desempenho dos sistemas de saúde locais, com a articulação dos três níveis de gestão da saúde. O programa almeja comparar e medir os possíveis efeitos da política de saúde produzida e contribuir para uma racionalização dos processos de decisão, transparência da gestão do SUS e visibilidade dos resultados. Esse programa traz, em sua essência, uma diferenciação das outras propostas de avaliação, que foram implantadas e não consolidadas devido às condições nas quais foram trabalhadas, não induzindo a uma participação efetiva da gestão municipal, dos profissionais das equipes e dos usuários. O PMAQ criou mecanismos para uma avaliação participativa desses segmentos e de indução para a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, para tanto propiciou um incentivo financeiro, a partir da adesão com possibilidade de incremento com os resultados da avaliação.

Essa experiência em avaliação nos coloca para além das condições contraditórias da institucionalização da avaliação como instrumento para melhorar o sistema de saúde, os elementos que contribuem para o seguimento dos processos avaliativos, como sua credibilidade, pertinência e fundamentação teórica que devem ser validadas, reais ou críveis. Portanto, é importante e necessária a implementação de análises com visões crítica e contextualizada, informações e julgamentos que favoreçam o debate, a reflexão e a criação de estratégias para colaborar com os diversos segmentos envolvidos para melhorar o desempenho do SUS, em especial na atenção básica.

¹ Pesquisadoras do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva/Faculdade de Medicina/UFMG.